

Coluna do Castello

Sarney deve explicações

Do alto da responsabilidade que impõe o cargo que exerce, o presidente José Sarney, em entrevista à repórter Dilze Teixeira, do *Correio Braziliense*, denunciou a existência "de uma campanha orquestrada com o intuito de levar o presidente da República a renunciar ou ao suicídio". Sarney, seguramente, deve dispor de informações convincentes, que ainda não foram levadas ao conhecimento da nação, para afirmar com tanta ênfase o que agora afirma. Não é um político leviano, como já demonstrou.

De forma alguma diria algo tão grave como o que disse, e justamente neste momento, se não julgasse imprescindível e inadiável fazê-lo. As Forças Armadas estão unidas e apoiam, firmemente, o governo. A Constituição, há coisa de poucos dias, premiou Sarney com a manutenção do presidencialismo como ele queria e com o mandato de cinco anos para seus sucessores. Difícilmente, o discriminará com o mandato de quatro. Quase todos os governadores são solidários com a administração federal.

Alguns políticos desconfiam que o alvo da denúncia do presidente é a comissão parlamentar de inquérito do Senado que apura irregularidades cometidas na gestão do ex-ministro Aníbal Teixeira. A comissão se prepara para convocar o ex-genro de Sarney, o economista Jorge Murad. Esses políticos não devem ter razão. O presidente não se opõe, nem pode se opor, a que uma comissão investigue o que a Polícia Federal, por ordem do ministro da Justiça, está também investigando.

Sarney sabe que uma comissão de inquérito é instrumento legítimo à disposição do parlamento. Se ela tentar ir além dos seus chinelos, rapidamente se desmoralizará e poderá ser bloqueada. Com uma base de sustentação política no Congresso calculada pelo próprio presidente em 320 de um total de 559 senadores e deputados, sobram aliados ao governo para acusar e inibir um reduzido grupo de senadores que, porventura, exorbitasse das funções de que dispõe.

Quanto à provável convocação de Murad, Sarney não deve estar pensando nela quando fala da campanha montada para levá-lo ao suicídio ou à renúncia. Murad será chamado a prestar depoimento porque o ex-ministro Aníbal Teixeira o citou na CPI como o avalista da indicação de Michal Gartenkraut para o cargo de secretário-geral do Ministério do Planejamento. Gartenkraut foi acusado por Aníbal de ter-se envolvido com um decreto-lei que daria um extraordinário prejuízo aos cofres públicos.

É possível considerar que a comissão de inquérito peca por excesso de zelo ao desejar ouvir Murad somente por causa disso. Em um país onde a corrupção perdeu a vergonha de se expor à luz do dia, o pecado da comissão, porém, no máximo, pode ser classificado de venial. Há pecados mais graves sendo cometidos impunemente. De resto, Sarney conhece muito bem o seu secretário-particular e confia na retidão do seu comportamento. Murad entrará e sairá imaculado da sessão da CPI.

Outro, portanto, deve ter sido o motivo, ou o conjunto de motivos, que impeliu o presidente a dizer o que disse ao *Correio Braziliense*. Seria delirantemente ridículo imaginar que a devassa que sofre a administração municipal de Pinheiro, no interior do Maranhão, pudesse fazer parte de uma campanha que teria o intuito de resultar no suicídio ou na renúncia do presidente da República. É compreensível que Sarney se interesse pela sorte do lugar onde nasceu.

Como maranhense e filho de Pinheiro, também é compreensível que aproveite sua passagem pelo cargo de presidente da República para contemplar com generosas verbas seu estado e sua cidade. O Nordeste, sem dúvida, deverá a Sarney sua descoberta pelo governo instalado em Brasília. Mas o que possa ter-se passado, ou ainda vir a se passar, em Pinheiro é insignificante para abalar um presidente acuada por tantas crises que tem de enfrentar.

Não, definitivamente não. Nem os autos da devassa de Pinheiro nem a possível ida de Murad à CPI do Senado têm a ver com a surpreendente denúncia produzida por um presidente que já forneceu provas irrecusáveis do seu senso de equilíbrio e de sua moderação como político e administrador. Uma nação que já viveu as tragédias do suicídio de Getúlio Vargas e da renúncia de Jânio Quadros tem direito a conhecer as informações que moveram Sarney a dizer o que disse. O presidente está obrigado a revelá-las.